

**Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do XXI  
Governo Constitucional no que se Relaciona com a Nomeação e a  
Demissão da Administração do Dr. António Domingues**

9.<sup>a</sup> Reunião  
(29 de junho de 2017)

**SUMÁRIO**

O Presidente (José Pedro Aguiar Branco) declarou aberta a reunião às 17 horas e 31 minutos

Foram aprovados os requerimentos, apresentados pelo PS, no sentido de juntar depoimentos obtidos no âmbito de comissões parlamentares ao acervo da Comissão, e pelo PSD, solicitando a uma nova audição do Dr. António Domingues, tendo ainda sido dado assentimento ao envio de questões por escrito por escrito à consultora McKinsie, a pedido do BE. Usaram da palavra os Deputados Moisés Ferreira (BE), Miguel Tiago (PCP), João Paulo Correia (PS), Luís Marques Guedes (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Relativamente à recusa, por parte da Caixa Geral de Depósitos e do Ministério das Finanças, de entrega de documentos requeridos pela Comissão pronunciaram-se os Deputados Luís Marques Guedes (PSD) e João Paulo Correia (PS).

O Presidente encerrou a reunião às 17 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião.

*Eram 17 horas e 31 minutos.*

Pedia que se reunissem as condições para podermos começar os nossos trabalhos.

Temos três pontos na ordem do dia: o primeiro deriva dos requerimentos que foram apresentados, nomeadamente em relação às audições, umas que estão pendentes e outra que foi pedida posteriormente por parte do Grupo Parlamentar do PSD, cujo requerimento já fiz distribuir aos Srs. Deputados. Iríamos ver, neste quadro, se se mantêm as audições que foram atempadamente requeridas pelo Bloco de Esquerda para que possamos, face a isso, verificar o agendamento das mesmas, o que constitui o ponto dois da nossa ordem de trabalhos.

Depois, queria também ouvir a Comissão quanto aos restantes documentos que foram solicitados e em que houve recusa do respetivo envio. Já trocámos opiniões sobre isto na reunião de Mesa e de Coordenadores, mas acho que a Comissão, no seu todo, deve pronunciar-se, porque daí, em função do que for dito, pode resultar, ou não, alguma diligência.

Portanto, relativamente ao primeiro ponto, diligências a efetuar na sequência dos requerimentos apresentados, por ordem do que era a situação pendente, dou a palavra ao Sr. Deputado Moisés Ferreira para saber, em relação às inquirições que tinham sido solicitadas, se as mantêm ou se deseja fazer alguma alteração.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, aproveitava esta primeira intervenção para dizer, em relação ao requerimento que foi apresentado pelo PSD, que o Bloco de Esquerda não se oporá ao mesmo.

Sobre algumas «pendências» que envolviam a Dr.<sup>a</sup> Elsa Roncon, a sociedade de advogados e a consultora McKinsey, tínhamos já discutido esta questão e tínhamos ficado de fazer umas primeiras audições, que já foram realizadas, e depois, então, avaliar, entre todos e todas, a pertinência de fazer as outras.

Da parte do Bloco de Esquerda, e depois das audições já realizadas, parece-nos, efetivamente, que poderia haver uma ou outra questão a colocar ainda à consultora McKinsey. No entanto, parece-nos que essas perguntas poderiam ser feitas por escrito, dando aqueles 10 dias, salvo erro, para receber as respostas, o que não atrasava muito, até agilizava, os nossos trabalhos. Isto porque, pelo menos da parte do Bloco de Esquerda, são apenas algumas pequenas questões que podem realmente ser colocadas por escrito.

Quanto às outras audições, neste momento não nos parece haver grande matéria para interrogar, para questionar, mas é também uma decisão da Comissão. A partir do momento em que o Bloco de Esquerda sugeriu a audição dessas entidades, também se fez aqui um compromisso de se alguém, outro grupo parlamentar, entender que devem ser ouvidas, é óbvio que serão. Da parte do Bloco, achamos que talvez seja melhor lançar algumas questões por escrito à consultora. Quanto às outras audições de uma entidade e da Dr.<sup>a</sup> Elsa Roncon, parece-nos, neste momento, não haver grande matéria para interrogar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, da parte do PCP também não vemos necessidade de realizar as audições. Se houver alguma questão a dirigir às personalidades indicadas nos requerimentos apresentados inicialmente, o PCP também entende que podem ser concretizadas por escrito.

Da parte do PCP, para já, não existem questões a colocar, mas achamos que, mesmo que existam, por parte de outros grupos parlamentares, podíamos atalhar nos trabalhos da Comissão com este recurso.

Quanto ao requerimento apresentado pelo PSD, enfim, o PSD continua a pretender fazer aquilo que sempre quis desde o princípio: criar motivos para que haja esta Comissão de Inquérito e, portanto, este é mais um.

Da nossa parte, não pudemos obstaculizar a criação desta Comissão, e, assim, o PSD que faça as perguntas que entende. Do nosso ponto de vista, que fique claro, não havia necessidade de realização desta audição proposta pelo PSD, mas também não nos oporemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, em relação ao requerimento apresentado pelo PSD, temos a dizer que não o acompanhamos. Não votamos favoravelmente, por duas razões: primeiro, porque não encontramos as contradições que o PSD disse que surgiram entre as audições efetuadas ao Dr. António Domingues e ao Sr. Ministro Mário Centeno; em segundo lugar, porque reparámos, com muita estranheza, que o PSD demorou longas semanas a encontrar essas contradições. Parece-nos que este requerimento é, digamos, o canto do cisne do PSD nesta Comissão de Inquérito, que, não tendo mais nada a acrescentar, não trazendo nada de novo, traz um requerimento para uma nova audição ao Dr. António Domingues.

Não votaremos favoravelmente mas também não votaremos contra, optando pela abstenção pelas razões que acabei de invocar.

Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, o PS, deste ponto de vista, está perfeitamente à vontade pois não propôs audições. Assumimos

que, no decorrer dos trabalhos da Comissão de Inquérito, veríamos a possibilidade de propor audições. Neste momento, e depois das audições já efetuadas, consideramos que não surgiram factos nem matéria para novas audições e que é conveniente a proposta do Bloco de Esquerda de enviar perguntas à consultora McKinsey, no mais breve prazo possível.

Relativamente aos outros assuntos, remeto-me para os seguintes pontos da agenda. Acho que é preferível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, para responder à sua solicitação, queria dizer que o PSD não se opõe a nenhum dos requerimentos feitos, nem à reformulação que o Bloco de Esquerda fez do seu requerimento inicial — percebemos e cabe ao Bloco de Esquerda decidir como é que pretende fazer essa inquirição —, nem relativamente àqueles outros que foram apresentados por parte do Partido Socialista, como é óbvio.

A segunda parte da minha intervenção era apenas uma observação a esta infeliz intervenção do Sr. Deputado João Paulo Correia, porque, de facto, é extraordinário o Partido Socialista, por um lado, requerer as declarações do Dr. António Domingues noutras comissões, naturalmente, para clarificar melhor a posição do Dr. António Domingues relativamente a essas matérias, e, por outro lado, dizer que o pedido para o Dr. António Domingues cá voltar é escusado, é a mais. Portanto, ficamos esclarecidos. As coisas valem o que valem e valem por si.

Da nossa parte, para o que interessa para os trabalhos de hoje, Sr. Presidente, obviamente, votaremos favoravelmente tudo aquilo que o Bloco

de Esquerda entender que deve ser a forma de inquirição como manifestou ser sua intenção e com a qual concordámos desde o início.

Relativamente aos requerimentos do Partido Socialista, de junção dos documentos, não temos rigorosamente nada a opor. A única nota que deixava era para lembrar que nos dois requerimentos há valores diferentes nas declarações de um e de outro: num, são declarações feitas numa comissão de inquérito, portanto, sob juramento, e, noutro, é numa comissão parlamentar normal. Deixo apenas esta nota, que é, enfim, de natureza meramente técnica.

Votaremos favoravelmente os dois requerimentos porque achamos que é útil, e sempre será, toda esta documentação para o acervo da Comissão e para o trabalho que, depois, será preciso compulsar para a elaboração do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só para dizer muito rapidamente que não nos opomos a nenhum requerimento, nem a nenhum pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é evidente que os depoimentos prestados nesta Comissão, por ser uma Comissão de Inquérito, têm uma lógica valorativa diferente. Mas julgo que todos, quando fazem o requerimento e nomeadamente também o relator, hão de saber fazer a valoração dessa realidade. Resulta do Regimento e da própria natureza das comissões a forma como são prestados os respetivos depoimentos e também a posição dos Deputados em cada uma delas. A nossa posição nesta Comissão de Inquérito é diferente da que temos numa comissão parlamentar normal.

Portanto, só não fiquei com a certeza das posições do Bloco de Esquerda e do PCP, pelo será melhor pôr à votação todos os requerimentos.

Relativamente aos requerimentos apresentados pelo PS, no que diz respeito à proteção das declarações, nas outras comissões, do Dr. António Domingues...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na prática, não se faz a votação dos requerimentos, mas a aceitação do requerimento que é pedido pelo Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ia fazer isso, mas fiquei na dúvida sobre a abstenção ou o voto contra.

Se ninguém vota contra então considera-se que o requerimento é aprovado só com a abstenção de... Era para ficar essa clarificação para a ata.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, da nossa parte, quando há admissão de um requerimento e não há uma contestação por parte de outro grupo parlamentar, não se considera que este foi aprovado por unanimidade, ele pura e simplesmente foi aceite e, portanto, agenda-se a audição. Tanto que — enfim, esta Comissão não é exemplo, porque teve muito poucas audições — onde há um grande número de audições não se considera que as

audições foram ou não foram aprovadas por unanimidade. Desde que ninguém levante a necessidade de haver votação, elas são tacitamente aceites.

De qualquer das formas, para ficar mais claro, se o Sr. Presidente entende que devemos votar, não há nenhum problema.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, só para que haja essa clarificação, vamos votar os requerimentos do PS.

*Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.*

Votamos ainda o requerimento para audição do Dr. António Domingues, apresentado pelo PSD.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE e do CDS-PP e abstenções do PS e do PCP.*

Portanto, teremos de proceder ao agendamento da audição.

Espero que o Bloco de Esquerda formule as perguntas que entenda adequadas para as poder remeter à...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, qualquer outro grupo parlamentar pode também querer fazer perguntas, portanto, se calhar, seria útil a fixação de um prazo para o seu envio.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o envio de perguntas deve ser o mais rápido possível, já que estamos a escasso tempo do termo desta Comissão. Se pudessem fazer isso durante a próxima semana... Diria que têm até ao princípio da próxima semana, segunda-feira, para poderem enviar as perguntas. O prazo para a receção das respostas será o dos 10 dias normais. Talvez as respostas não sejam tão complicadas assim e, por isso, pedirei para se encurtar o prazo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, o prazo para entrega de perguntas parece-me curto. Pode ser terça-feira?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode ser terça-feira.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É que temos o fim de semana pelo meio.

O Sr. **Presidente**: — Então, têm até terça-feira.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Até à hora do almoço?

O Sr. **Presidente**: — Terça-feira até à hora do almoço, melhor dizendo até às 12 horas, porque a expressão «hora do almoço» poderá originar um problema de perceção.

Faça favor, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, qual é o prazo certo do termo desta Comissão?

É dia 11 de julho, salvo erro, não é? Se enviarmos as perguntas na terça-feira, os 10 dias para resposta irão para além do prazo de funcionamento da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Fixa-se um prazo mais curto: cinco dias.  
Esse tipo de auditora faz relatórios mais rápidos...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Até já têm as respostas!

O Sr. **Presidente**: — Sim, já têm.

Então, ficam estipulados cinco dias para nos enviarem as respostas.

Quanto à audição do Sr. Dr. António Domingues, gostaria que se realizasse para a semana, na quarta-feira, na quinta-feira ou na sexta-feira. Por ordem de preferência, gostaria que fosse quarta. Mas também poderá ser na quinta ou sexta, por declinação gradativa negativa relativamente à vontade da Comissão. Irei contactar o Sr. Dr. António Domingues para esse efeito.

Srs. Deputados, o terceiro ponto dos nossos trabalhos é relativo ao acervo de documentação que foi requerida e da qual houve recusa de entrega. Algum dos Srs. Deputados deseja pronunciar-se sobre as razões invocadas em relação a essa recusa? Aceitam ou não aceitam essas razões? Consideram a recusa legítima ou ilegítima?

Este é um dos pontos em relação ao qual a Comissão deve pronunciar-se, porque daí podem resultar ou não diligências diferentes conforme o que a Comissão tiver a dizer sobre isto.

Alguns dos Srs. Deputados deseja usar da palavra?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Eu pretendo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente — e já tivemos esta conversa aqui na Comissão, como, aliás, consta das atas —, queria reiterar tudo o que o Partido Social Democrata já disse sobre esta matéria.

O que está aqui em causa vai muito para além desta Comissão, tem a ver com o respeito pelas próprias normas constitucionais que conferem à Assembleia da República o poder de constituição de comissões de inquérito com competências e poderes equivalentes aos das autoridades judiciais.

As recusas que temos tido não se enquadram minimamente, não são aceitáveis e, a serem aceites tacitamente por parte da Assembleia, põem em causa, em última instância, a própria existência de uma qualquer comissão de inquérito.

Quando temos órgãos de soberania que nos dizem que, no seu entendimento, há matérias cuja documentação não nos devem enviar e bancos que nos dizem que, por causa do sigilo bancário, não nos podem mandar determinado tipo de informação, é evidente que, assim, se acabam as comissões de inquérito e as competências constitucionais da Assembleia nessa matéria.

Por respeito pela própria Constituição e pela dignidade do órgão de soberania Assembleia da República, acho que esta Comissão, obviamente, não pode conformar-se com as recusas dadas e deve tomar medidas e acionar mecanismos que estejam previstos na lei para este tipo de situações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais algum Sr. Deputado deseja usar da palavra sobre este ponto?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu pretendo, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, a respeito deste ponto da ordem de trabalhos, a nossa posição ficou conhecida durante os trabalhos desta Comissão de Inquérito. Não querendo maçar a Comissão com mais alguns minutos de debate, uma vez que conhecemos as posições de cada grupo parlamentar, recordo que hoje recebemos, na Comissão de Inquérito I, digamos assim, a que decorre há mais tempo, uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que reabre por completo os recursos apresentados pelo Banco de Portugal, pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), pela Caixa Geral de Depósitos e também pelo Ministério das Finanças.

A decisão da 1.<sup>a</sup> instância, neste caso do Tribunal da Relação de Lisboa, tinha sido a de quebrar o sigilo profissional, obrigando essas entidades a enviar toda a documentação solicitada pela Comissão de Inquérito. A decisão do Supremo Tribunal de Justiça vem, portanto, reabrir o processo, porque vai apreciar, em razão de direito e em razão de matéria de facto, todos os recursos apresentados pelas entidades, o que me parece que é conexo com a conversa que estamos aqui a ter.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento do que acabou de referir. Significa que o Tribunal não decidiu mas que foi admitido recurso? Foi isso?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Admite recurso e vai proceder à decisão.

O Sr. **Presidente**: — Mas ainda não...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ainda não.

O Sr. **Presidente**: — Só admitiu o recurso para poder apreciar...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Será um processo que demorará o seu tempo.

Como jurista — e eu não sou —, o Sr. Presidente interpretará melhor o que é que isto implicará.

Quero apenas referir mais um assunto: esta Comissão de Inquérito termina o seu mandato no dia 11 de julho e não sei se será oportuno, como há Plenário amanhã, pedir a suspensão dos trabalhos por determinado tempo. Isto porque manifestamente não vamos ter tempo...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Suspensão não! Prorrogação!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pode ser suspensão a partir de uma determinada data... Não a partir de amanhã, mas a partir de uma determinada data.

Estou a confrontar a Comissão com a inevitabilidade de ter de prorrogar ou suspender os trabalhos. Temos de decidir isso aqui hoje, penso eu.

O Sr. **Presidente**: — Em termos de trabalhos, teremos a audição e o Sr. Deputado Luís Moreira Testa terá de fazer a preparação do relatório para, depois, se fazer a respetiva aprovação.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não deve ser muito moroso, mas convinha que houvesse algum tempo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O mais difícil é dizer o que se passou nas reuniões.

O Sr. **Presidente**: — Registei esse apontamento, que é pertinente, feito pelo Sr. Deputado João Paulo Correia para podermos perceber de que forma é que iremos pedir a prorrogação dos trabalhos.

Não havendo mais nenhum Sr. Deputado que deseje usar da palavra, dou por terminada a reunião.

*Eram 17 horas e 53 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.